

ROBERT W. COX, HEDLEY BULL, O REALISMO E O LIBERALISMO: CRÍTICA OU COERÊNCIA?¹

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*

Resumo:

O objetivo deste artigo é discutir uma eventual coerência ou ecletismo da teoria crítica das Relações Internacionais conforme a abordagem de Robert W. Cox no tocante a suas aproximações com o realismo e o liberalismo. No tocante à primeira perspectiva, um autor da Escola Inglesa, mas também associado ao realismo, Hedley Bull, é objeto da presente reflexão. Outro autor central para este texto é Antonio Gramsci, do qual Cox se valeu para vários pontos importantes de sua formulação teórica. A hipótese central que norteia a exposição é de que a teoria crítica coxiana não consegue superar ou formular totalmente uma alternativa teórica às abordagens tributárias ou ligadas ao realismo e ao liberalismo.

Palavras-chave: Cox, Bull, realismo.

Abstract:

The purpose of this article is to discuss a possible coherence and eclecticism of critical theory of International Relations according to Robert W. Cox approach with regard to its relationship to realism and liberalism. With regard to the first perspective, Hedley Bull, an author of English School, but also associated with realism, is the subject of this reflection. Another key author for this text is Antonio Gramsci, whom Cox took from a lot number of important points for his theoretical formulation. The central hypothesis that guides the exposure is the assumption that critical Coxian theory can not overcome or fully formulate a theoretical alternative to tributary or related to realism and liberalism.

Key-words: Cox, Bull, realism.

* Docente da Unesp de Marília e da Unicamp; Pós-Doutorando do Instituto de Economia da Unicamp

¹ Este texto foi desenvolvido como parte da pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida no Instituto de Economia da Unicamp financiada com Bolsa de Pós-doutorado Sênior do CNPq (processo 167629/2013-1) e também apoiada financeiramente pela Fapesp (processo 2015/07867-5).

1 Introdução

A elaboração teórica de Robert W. Cox (1981: p. 126-155), cientista político canadense e ex-dirigente da Organização Internacional do Trabalho, proporcionou uma crítica ao *mainstream* teórico – basicamente ao realismo estrutural de Kenneth Waltz (1979 e 2001) e neoliberalismo institucionalista de Robert O. Keohane e Joseph S. Nye (2001) - das Relações Internacionais desde 1981 com o que referiu desde então como “teoria crítica”. Buscando diferenciar-se do *mainstream* teórico dotado de perspectiva ahistórica, de um mecanicismo (em torno da idéia da anarquia internacional e do equilíbrio de poder e de manutenção do *status quo* no plano internacional) por trás de uma suposta objetividade, a teoria crítica entende haver sempre um propósito em qualquer abordagem. Valoriza a totalidade de variáveis e a transformação histórica na interação entre capacidades materiais, instituições e idéias por oposição a um número limitado de variáveis das teorias dominantes, por ele denominadas de teorias *problem-solving*. São centrais nas formulações coxianas as análises e teorizações do comunista italiano Antonio Gramsci. Todavia, como ver-se-á posteriormente, Cox faz uma certa apropriação do pensamento do autor sardo que parece não atender para várias particularidades em termos de um maior rigor com a obra gramsciana.

Um ponto normalmente não explorado nos estudos sobre o expoente da teoria crítica das Relações Internacionais, remete às suas aproximações com formulações de cunho realista ou da escola inglesa de Hedley Bull e de abordagens liberais. Neste esteio, o objetivo deste texto é responder à seguinte questão: é possível caracterizar uma coerência teórica ou um ecletismo por parte da abordagem da teoria crítica das Relações Internacionais de Robert W. Cox no tocante a tais aproximações?

A hipótese central a ser demonstrada na presente reflexão aponta para o entendimento de que a teoria crítica coxiana não consegue superar ou formular totalmente uma alternativa teórica às abordagens tributárias ou ligados ao realismo e ao liberalismo. Buscar-se-á apresentar os principais resultados de uma pesquisa cujo argumento converge para a tese enunciada.

Toma-se o ecletismo como uma dificuldade teórico-metodológica que confunde sistemas conceituais e categorias que possuem pontos discordantes entre si.

Em outras palavras, o

[...] uso de conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos, alterando os seus significados. A ocorrência do termo sem definição que reduzisse ou eliminasse a sua ambigüidade, não permitiria saber a qual de vários conceitos possíveis está associado. Inadvertidamente, muitas vezes, utiliza-se o sinal que expressa o conceito, mas não o próprio conceito. O discurso torna-se vazio ou obscuro sem que o cientista social perceba que a sua linguagem pode dificultar a comunicação. Se tal ocorrência é grave ao nível da teoria, será gravíssima em nível metateórico ou meta-sociológico. Neste caso os conceitos metodológicos desprovidos de suas características limitar-se-ão a nomeações e classificações rituais de posturas sem qualquer influência nas estratégias de investigação, o que é comum em textos produzidos por autores desprovidos de treinamento metateórico. Termos vazios de significado não podem funcionar como instrumental de reconstrução teórica ou metodológica. Esta é uma caracterização, diremos que, formal do ecletismo". (OLIVEIRA, 1995: p. 263).

Não se tem a pretensão de esgotar o assunto, considerando que designações como realismo e idealismo ou liberalismo são, antes de mais nada, rótulos que aludem a uma miríade de enfoques teóricos de distintos autores. Qualquer caracterização de realismo, liberalismo, idealismo ou utopismo no plano teórico das Relações Internacionais demanda a óbvia, mas necessária ressalva de que se tratam, em primeiro lugar, de rótulos de cunho didático, instrumentos metodológicos com o objetivo de apresentar uma visão panorâmica geral sobre distintas abordagens com diferentes ênfases e nuances abrigadas sob uma certa designação.

O texto seguirá algumas etapas. Uma caracterização sumária do liberalismo e outra do realismo precederão uma terceira contendo discussão sobre o nexu de Cox e Bull. Estas três etapas serão sucedidas por considerações finais com os principais argumentos conclusivos e possibilidades futuras de investigação.

2 Liberalismo como vertente teórica internacionalista

A designação "liberalismo" pode ser anacrônica por motivos cronológicos evidentes ao referir-se a autores anteriores ao pensamento liberal, cuja origem se restringe ao final do século XVIII em *loci* específicos e não na Europa de modo geeneralizado. Comumente referida por vezes também como idealismo e utopismo, associada a autores como More (2004), Kant (2006) e Angell (2002), o liberalismo teria como uma das suas principais características a possibilidade de transformação da natureza das Relações Internacionais (MARIUTTI, 2013: p. 8 e 9), mesmo que aceite em menor medida pressupostos do realismo político no plano internacional.

O fato dos enfoques liberais ou utopistas terem em comum com a teoria crítica a característica da transformação não é por si só suficiente para justificar o fato de que Cox seria um autor defensor de um certo liberalismo. Então, que pontos poderiam ser aprofundados para demonstrar tal perspectiva?

Retomemos uma característica bastante comum nos enfoques liberais: o caráter universal de conceitos, categorias e avaliações.

Retomando um enfoque liberal clássico, aquele de Norman Angell (2002), é possível encontrar uma tese central de cunho universal: a interdependência (dependência mútua) econômica dos indivíduos Estados não sustentaria racionalmente uma guerra. Todos perderiam em tal hipótese, sem ganhos para o lado beligerante vencedor. Examinando o caso europeu, notadamente Alemanha, França e Grã-Bretanha, Angell toma tais casos para a generalização em plano global da aplicação de tal tese.

A propósito de tal raciocínio, Cornelia Navari chama a atenção de que ela não se sustenta. Não havia tal dependência mútua. Ela não era um fato globalmente constatável e quando o era, ocorria em diferentes intensidades e graus, considerando Estados e distintas regiões do globo (NAVARI, 1989: p. 345).

Também em termos liberais, a caracterização de uma globalização como um fenômeno contemporâneo de caráter econômico altamente integrado, universal, inexoravelmente unificando o mercado mundial, deixando em segundo plano as fronteiras nacionais e os mercados domésticos. Batista Jr (1998) demonstra alguns dos limites em termos históricos e fáticos de tal assertiva. Tal aproximação com o idealismo liberal, em uma palavra (para retomar a perspectiva criticada por Batista Jr.) ou interdependência generalizadamente simétrica (revisitando a abordagem de Norman Angell) será chamada doravante de homogeneização.

Em linha de raciocínio semelhante, chama a atenção na elaboração coxiana a atribuição de um caráter transnacional a uma série de fenômenos. Tal perspectiva remeteria a questionamento sobre a atenção do cientista político canadense à possibilidade de considerar, em chave gramsciana e marxista, as temporalidades distintas de vários fenômenos. É pertinente tal classificação quase generalizada que incide sobre a hegemonia, a sociedade civil e outras manifestações no plano internacional?

Antes de prosseguir, deve-se definir as noções gramscianas referidas no parágrafo anterior. A sociedade civil é o *locus* dos conflitos econômicos, políticos, sociais etc no âmbito das relações moleculares e sociais fundamentais envolvendo grupos, classes, elites e suas frações. É o *locus* do conflito pela hegemonia e construção do consenso. Para retomar uma metáfora marxiana, a estrutura de uma sociedade. A sociedade política, o Estado ou superestrutura é separado apenas metodologicamente da sociedade civil na acepção gramsciana. Trata-se de uma unidade orgânica. A hegemonia é uma concepção dirigente de mundo de um grupo, classe ou elite e suas frações manifestada nas mais diferentes feições, social, ideológica, econômica, cultural, sexual, ético-política, intelectual etc. Todo processo histórico e político, bem como toda ação política, envolve uma luta pela hegemonia, ainda que um dos envolvidos não seja hegemônico.

Voltemos á última questão. Recorde-se oportunamente a propósito de tal tema a seguinte formulação de Gramsci: "O capitalismo é um fenômeno histórico mundial e seu desenvolvimento desigual significa que as nações individuais não podem estar no

mesmo nível de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo” (apud MORTON, 2007, p.1). A possibilidade de diferentes desenvolvimentos das temporalidades das diferentes perspectivas que compõem o modo de produção capitalista da vida globalmente não seria, portanto, compatível com uma generalização de um caráter transnacional dos diferentes fenômenos e categorias. A homogeneização dos fenômenos e manifestações de certas categorias proporcionaria uma aproximação com uma perspectiva liberal, tal como normalmente se atesta a “aldeia global”. A ocorrência de fenômenos no âmbito do senso comum da globalização, fortemente identificado com uma definição liberal de tal noção, desconsideraria o fato de que, além da possibilidade dos diferentes ritmos de produção e transformação nas várias dimensões de produção da vida no plano internacional.

De modo distinto da acepção gramsciana, Cox associa a categoria de sociedade civil à participação em nível institucional, em um registro liberal-democrático, passível de existência somente em regimes políticos de países com tal caracterização.

Outro ponto em diapasão semelhante: se a existência de uma democracia está fortemente associada com a constatação da ocorrência de uma sociedade civil, como caracterizar em plano global um tal grau de homogeneização? Por outras palavras, como avaliar a mesma forma e intensidade de participação em termos de movimentos sociais, haja visto distintas manifestações de democracia em diferentes países? O que avaliar no tocante àqueles países que são democráticos numa perspectiva meramente formal ou mesmo países que não são democráticos nos moldes ocidentais consagrados? O ponto aqui é que Cox analisa a sociedade civil de forma apartada ao Estado, ao contrário do que formula Gramsci. A interpretação coxiana do conceito gramsciano de sociedade civil a aproxima de um conceito liberal. Conforme o próprio Cox sobre o uso da categoria em questão: “Este uso corrente tem mais afinidade com Tocqueville do que com Hegel, Adam Smith ou Marx. Mas ele tem também afinidade com o uso de Gramsci [...]” (COX, 1999b: p. 10).

Outro ponto não contemplado na análise coxiana remete à consequência teórica da unidade orgânica entre Estado e sociedade civil no plano internacional. Tal unidade orgânica ensejaria a existência de uma sociedade civil internacional e também um Estado

internacional, ponto sobre o qual Cox não se manifesta porque provavelmente ignora tal formulação conceitual gramsciana por não conhecer a obra integral de Gramsci proporcionada pela edição crítica italiana (GRAMSCI, 1975) e citar edições anglo-saxônicas incompletas dos cadernos carcerários do comunista italiano. A categoria de sociedade civil no além-fronteiras não existe na obra de Gramsci. Caberia justificá-la e fundamentá-la em termos teóricos e metodológicos, ponto não tratado por Cox.

Tratemos também dos temas da internacionalização do Estado, da classe gerencial transnacional em termos de uma breve análise. Cox menciona tal tema a propósito do processo de hegemonia norte-americana que fincou raízes nas classes e elites decisórias dos demais Estados, tornando-se assim dirigidos pelo projeto hegemônico estadunidense.

A questão essencial para dar conta de tal formulação é: teria havido tal grau de transformação e desenvolvimento dos distintos Estados de modo que se possa constatar o mesmo grau de configuração internacionalizada nos moldes coxianos, ou mesmo a caracterização de uma classe de gerentes em tais termos, ou seja, uma natureza transnacional?

A possibilidade de desenvolvimento e caracterização distinta de classes e características diferentes de Estados e sociedades – e entra aí a situação referente aos seus distintos estratos sociais – é um dado não encontrado no raciocínio coxiano. Entender como dado ou ponto pacífico a caracterização transnacional destes e de outros pontos *a priori* antes mesmo de uma investigação mais aprofundada ou de se valer de uma fonte que tenha tal perfil enseja, ao menos, duas consequências teóricas para a análise empreendida.

A primeira diz respeito ao processo histórico brasileiro. Embora isto não seja exatamente o objeto de tal pesquisa, uma ressalva neste sentido deve ser, ao menos, lançada para um futuro e ulterior desenvolvimento. A trajetória brasileira de inserção no capitalismo hegemônico estadunidense nada tem de homogeneizadora ou transnacional. No caso brasileiro, acatar tal natureza transnacional teria como consequência ignorar as diferentes temporalidades de sua trajetória histórica e como as mesmas ainda ensejam consequências em termos de um capitalismo nada homogêneo, na medida em que ainda contempla até hoje o trabalho escravo,

disparidades enormes em termos de desenvolvimento, mesmo em que se trate de ter um perfil inserido num contexto global mais amplo e ter adotado características de transformação inseridas em contexto de uma ordem social competitiva desde os anos 1930, para parafrasear as palavras de Florestan Fernandes (2006). Ademais, ressalte-se que o sociólogo brasileiro alertou sobre o processo histórico brasileiro ser dotado de temporalidades distintas daqueles dos países da Europa ocidental, outro ponto que converge para a crítica da perspectiva transnacional e homogeneizadora sugerida por Cox.

A segunda refere a distintos processos históricos no plano global. Constata-se na linha de raciocínio referida de Cox sobre a classe gerencial transnacional o fato dela não ensejar ou desdobrar nas estratégias de investigação. Por outras palavras, conceitos como o de uma classe ou Estado específicos aparecem na análise, no raciocínio empreendido, mas efetivamente não estão presentes na base empírica que supostamente lhe daria sustentação. O desenvolvimento desigual das lutas de classes e dos distintos aspectos que compõem o modo de vida e até mesmo intranacional é ponto sumariamente ignorado por Cox.

Conforme reitera Beathe Jahn (1998: p. 638), a luta pela emancipação humana pode ser global, mas ela tem diferentes significados na sua manifestação e no papel exercido pelas diferentes classes no âmbito nacional. Em termos gramscianos, a questão que se coloca é a luta por uma nova hegemonia no plano nacional nas suas diferentes temporalidades como parte da conquista de uma nova hegemonia global, ponto que jamais configuraria uma perspectiva homogênea da emancipação e de uma nova concepção de mundo em nível internacional.

Como a luta de classes no plano nacional é uma das lacunas da formulação e análise de Cox, passa a ser compreensível o fato de suas prescrições serem generalizantes para o plano internacional. Porém, ao combinar elementos liberalizantes (o universalismo homogeneizador e generalizante de uma suposta emancipação) com aspectos do marxismo (a luta de classes, embora seu registro seja generalizador no plano internacional, sem atentar para a realização de tal luta no plano nacional), a análise de Cox se transforma, em termos do ecletismo já enunciado conforme Oliveira Filho (1995: p. 263) em "nomeações e classificações rituais de posturas sem qualquer influência nas estratégias de investigação", justamente por não atentar para as diferentes temporalidades da realização da luta de

classes, grupos e estratos e das transformações e conflitos no plano nacional, todas, no final, combinando-se no plano internacional. Em outras palavras, uma análise que não acaba tendo consistência analítica para dar conta das diferentes contradições e complexidades que configuram a hegemonia em nível internacional. Afinal, o consenso predominante, junto com a força, no sentido gramsciano de hegemonia, não é sinônimo de caráter monolítico ou unânime nas diferentes dimensões dos embates de distintas concepções de mundo.

3. Robert W. Cox, Hedley Bull e o realismo: crítica, ecletismo ou proximidade?

Um autor marcadamente associado com um enfoque gramsciano como Robert W. Cox pode ser eventualmente objeto de um questionamento no tocante a uma eventual incompatibilidade em relação a Hedley Bull pela simples constatação de que, de alguma forma, estão vinculados de modo vago e difuso a uma tradição de realismo político não somente em termos de proposições políticas gerais referentes à política interna de um Estado, como também no âmbito das relações internacionais.

É sempre lembrada e conhecida a interpretação gramsciana de Maquiavel no tocante ao príncipe moderno como um ente coletivo consubstanciado no Partido Comunista como *condottiere* na formação de uma nova vontade coletiva e popular e uma nova hegemonia, uma nova concepção de mundo. Talvez não tão conhecida, mas dotada de maiores controvérsias envolvendo distintas interpretações sobre Gramsci, há a apropriação significativa do centauro maquiaveliano simbolizando a unidade orgânica entre força e consenso na parte férica e na parte humana, ambos também componentes indissociáveis dos processos políticos e de construção da hegemonia nas mais diferentes possibilidades, sem haver esquematicamente um *quantum* de um ou de outro. Contudo, ressalve-se a preferência gramsciana pelos processos hegemônicos completos em termos do consenso.

Também deve ser lembrado o quão caro é a Gramsci o centauro maquiaveliano (GRAMSCI, 1975: p. 1576). A indissociável unidade da parte férica e da parte humana – pois do contrário não há centauro – compõe todos os processos, conflitos e ações políticas em termos de partes desiguais ou não de força e consenso, consenso e força, coerção e legitimidade, legitimidade e consenso etc. Todavia, a

incorporação da perspectiva maquiaveliana por Gramsci (1975: p. 1598-1599, minha tradução) não se dá de forma passiva de modo a aceitar *in totum*, como demonstra o trecho abaixo:

A principal inovação introduzida pela filosofia da práxis em ciência política e a história é a demonstração de que não existe 'natureza humana' abstrata, fixa e imutável (conceito que deriva de alguns do pensamento religioso e transcendência), mas que a natureza humana é o conjunto de relações sociais, historicamente determinadas, que é um fato determinável histórico, dentro de certos limites, por métodos de filologia e da crítica.

Nota-se a atenção de Gramsci com a perspectiva de "métodos de filologia e da crítica", o que nos indica, entre outros, o tema da tradução ou "traducibilidade", ou ainda a "tradutibilidade" (GRAMSCI, 1975: p. 469, 849). Por outras palavras, não se pode aplicar mecanicamente uma reflexão de um autor ou uma categoria em outro referencial ou contexto. Incorporar a reflexão maquiaveliana ao materialismo histórico – chamado por Gramsci de "filosofia de práxis" – passa por ressignificar aquelas partes incompatíveis do pensamento do secretário florentino com a perspectiva social e coletiva característica do marxismo para lidar com a dinâmica histórica e de transformação. No mesmo diapasão, um conceito pode ser ressignificado de acordo com a sua particularidade social, cultural, econômica e histórica.

O fato de Cox formular uma proposição contra-hegemônica focada em uma coalizão de perfil terceiromundista de Estados como alternativa aos Estados Unidos em uma de suas primeiras reflexões sobre a teoria crítica (COX, 1981: pp. 151-152) levanta mais uma aproximação eventual com o realismo e não a sua superação. Explique-se: a perspectiva alternativa em termos de uma hegemonia alternativa no registro gramsciano não seria estadocêntrica, mas sim focada nos grupos e classes subalternas. Ainda que a escrita não sistemática e fragmentária de Gramsci possa sugerir em alguns momentos isoladamente que o seu referencial é o de realismo político estadocêntrico, seu horizonte transformador não é, como escreveu Gramsci (1975, p. 340, 1020, 1028), a "estadolatria".

Sintomaticamente, o argumento de Cox aponta de modo simpático em certos momentos para um realismo de cunho crítico e histórico, resgatando inclusive a historicidade do realismo clássico – referido como a contribuição de Edward Hallet Carr (2002), por exemplo - por oposição às validades eternas propugnadas pelo neorealismo, particularmente o de Kenneth Waltz (COX, 1997: p. xv, xvi, xvii e xxviii). A análise totalizante de Carr que incide sobre as mudanças históricas nas estruturas sociais é enaltecida por Cox por oposição aos “níveis de análise” (COX, 1997: p. 27). Neste caso, Cox se refere à compartimentalização e filtros de aspectos da base empírica de elementos relacionados à realidade internacional com base nas três imagens de Waltz. Seriam a primeira concernente à natureza humana, a segunda referente à estrutura interna de governo de um Estado e a terceira atinente à perspectiva sistêmica internacional. A primeira e segunda imagens seriam inadequadas como perspectivas e teorias reducionistas por oposição a uma perspectiva e teorização sistêmica mais adequada representada pela terceira imagem (WALTZ, 2001).

Ainda no tocante ao tema do realismo e de um eventual ecletismo, outro autor recorrente nas formulações coxianas é Hedley Bull. Teórico internacionalista contemporâneo clássico, notabilizou-se pelo posicionamento e defesa em favor da abordagem tradicional clássica e realista (BULL, 1969) no contexto do que a literatura acadêmica convencionou chamar de segundo debate teórico em relações internacionais. Tal debate envolveu duas abordagens.

Por um lado, a abordagem realista focada na soberania estatal e nas premissas clássicas desta vertente, representada pelo próprio Bull, além de Morgenthau e Martin Wight (2002). Por outro lado, os “científicos” ou behavioristas ou anglo-saxônicos, a saber, Morton Kaplan (1990), Oran Young (1969), dentre outros. Esta vertente teórica se pautou por modelos de cunho matemático e estatístico, ou ainda, a retomada de aspectos metodológicos e epistemológicos das ciências da natureza para as relações internacionais.

Mesmo que a proposta de Bull seja identificada também com um meio-termo entre idealismo e realismo na assim chamada Escola Inglesa ou Neogrotiana ou ainda da Sociedade Internacional – resumido no paradoxal título de seu livro mais conhecido, que remete a uma sociedade anárquica (BULL, 2002), seu enfoque é fortemente

marcado por características realistas, entre elas, uma forte ênfase na categoria de equilíbrio de poder e seus vários significados (BULL, 2002, p. 117-146). Conforme já foi demonstrado por Mariutti (2013), o meio-termo entre realismo e idealismo não é exatamente uma novidade da abordagem da Escola Inglesa de Wight e Bull. Existem elementos normativos – aqueles relativos a aspectos referentes à justiça, ética, valores e moralidade – e de soberania estatal em maior ou em menor medida em enfoques realistas e idealistas. Os primeiros enfatizam a soberania estatal e os segundos acentuam os aspectos normativos. Mesmo um enfoque idealista pode aceitar a perspectiva da soberania estatal e anárquica das relações internacionais com ênfase nos elementos normativos.

O ponto de objeção da teoria crítica de Cox alcança justamente o caráter permanente da anarquia da natureza humana e das próprias relações internacionais focado no equilíbrio de poder entre os Estados em permanente susceptibilidade e risco de recurso à violência.

O ponto que sinaliza o ecletismo é a justaposição do argumento de Bull com a perspectiva crítica sem qualquer justificativa para uma compatibilização teórica. Isto porque a proposta de Bull se situa em termos de uma repetição histórica em torno dos conceitos de equilíbrio de poder e de anarquia no plano internacional. Se Cox refuta tal perspectiva na contribuição teórica de Morgenthau (2003) e de Waltz, seria dedutível que fizesse o mesmo com a proposta de Bull.

Contudo, não há qualquer tipo de justificativa para a justaposição deste aspecto da formulação de Bull ou com a integração ao construto de Cox. Com objetivo de uma análise mais detalhada de alguns componentes teóricos dos dois autores, se for retomada uma perspectiva de uma reconstrução metodológica (OLIVEIRA, 1976, p. 270; 1995: p. 263) a partir dos aspectos ontológicos dos dois autores, constata-se não haver compatibilidade.

Explique-se: ontologicamente, se o agente político (indivíduo ou Estado) atua na lógica de um estado natural hobbesiano (de guerra de todos contra todos), como ente antissocial. Constata-se uma incongruência com as formulações marxianas que sempre apontaram o caráter social do homem por oposição àquelas perspectivas contratualistas e jusnaturalistas que sempre tomaram como pressuposto o caráter abstrato e contrário à sociabilidade humana por natureza como justificativa para a existência do Estado e, por vezes, da sociedade.

Como desdobramento de tal linha de argumento pelos intérpretes de Hobbes para as Relações Internacionais, só um precário equilíbrio de poder no além-fronteiras pode evitar um cenário de guerra entre os Estados. Na perspectiva crítica de Cox, a ontologia, ou seja, o agente fundamental no plano internacional – neste caso, as forças sociais de modo coletivo – aponta para um caráter produzido coletiva e socialmente. Não haveria uma natureza única – como na perspectiva hobbesiana, sempre antissocial. Tal natureza seria produzida coletivamente em caráter material, histórico e de modo variável. Justifica-se tal entendimento em face do caráter tributário de Cox em relação ao marxismo e o tratamento que tal vertente dá à história.

Do ponto de vista metodológico, o conceito de História de Bull tem sempre como pano de fundo uma certa anarquia internacional e o equilíbrio de poder como pontos recorrentes, repetitivos. No que concerne à abordagem de história de Cox, não se tem tal padrão de repetição. Antes pelo contrário, trata-se de análise de mudanças, transformações sem repetições e enfatizando as particularidades.

Em que contextos específicos Cox menciona Hedley Bull em sua obra? O esclarecimento do contexto em questão permitiria relativizar a incompatibilidade acima enunciada entre Cox e Bull?

Os contextos em que Bull (2002: p. 296-319) é citado remetem àquilo que Cox chama de neomedievalismo (COX, 1999a: p. 517 e 1999: p. 12), a possibilidade de emergência de uma nova civilização ou de uma ordem pós-hegemônica, ou que estaria em gestação (COX, 1999b: p. 12) com várias fontes e níveis de poder no plano internacional ainda que o Estado continue como o ente fundamental. Examine-se sumariamente tais argumentos.

Tratando do tema das novas ordens mundiais, Cox retoma o argumento de Bull no sentido de que a promoção de uma certa ordem internacional que compõe uma sociedade internacional depende também de um elemento normativo, de valores para a consecução de objetivos comuns, coletivos e individuais, referentes à observância dos pactos, segurança contra a violência e relativa estabilidade da propriedade (COX, 1999a: p. 148 e 152).

No tocante ao “neomedievalismo” coxiano, este rótulo denotaria a discussão de Bull sobre um eventual declínio do sistema de Estados, um medievalismo que retomasse, em certo sentido o que ocorreu na Cristandade Medieval. Contemporaneamente, tal possibilidade é discutida em termos de cinco contextos: o aumento da integração

regional, a desintegração de Estados, a violência privada internacional, as organizações transnacionais e a unificação tecnológica do mundo. O cerne da discussão aqui é a possibilidade de relativização do papel do Estado e de sua soberania, ou mesmo enfraquecimento e substituição de ambos, muito embora Bull tenha ressaltado que nenhum elemento no momento da sua escrita nos anos 1970 apontava nesta direção.

O ponto em comum às duas discussões implementadas por Bull é a possibilidade de uma mudança histórica que permitisse uma nova ordem mundial. Contudo, o próprio Bull ressaltou que boa parte destas transformações dependeria de uma mudança na natureza anárquica do sistema de Estados, ponto que ele não enxergava no horizonte.

Talvez a possibilidade de tais transformações discutidas por Bull seja a motivação do caráter tributário das formulações de Cox ao autor australiano. Todavia, um problema permanece inalterado: o próprio Bull ressalta que não há, nas possibilidades discutidas, qualquer evidência de mudança na natureza do sistema anárquico dos Estados. Então, como compatibilizar tal perspectiva com a concepção coxiana de teoria crítica que possui uma centralidade em torno do horizonte transformador da história no além-fronteiras?

O ponto aqui parece apontar para aquilo que Oliveira Filho (1995: p. 263) ressaltou nas análises pautadas pelo ecletismo. Trata-se de formulações com conceitos vazios, em que as nomeações e classificações não ensejam consequências em termos das estratégias de investigação na medida em que se justapõe conceitos excludentes, incompatíveis entre si, como se todos estes mesmos conceitos fizessem parte do mesmo problema ou da mesma teoria. No dizer do autor referenciado, há o sinal que expressa o conceito, mas não o próprio conceito. Traduzindo, a reflexão de Hedley Bull serve como um aporte para Cox refletir possibilidades de mudanças no plano internacional em termos de uma história cambiante e dinâmica. Entretanto, tal história em constante transformação é apenas sinalizada, uma vez que ela não se pode fazer presente em face da onipresença de um caráter anárquico das relações internacionais no além-fronteiras.

4 Considerações finais

Buscou-se mostrar sumariamente neste artigo um aspecto do limite da formulação teórica de Cox, a saber, a convergência de alguns aspectos com formulações realistas e liberais, caracterizando um limite a uma caracterização de teoria efetivamente crítica e alternativa ao *mainstream* teórico internacionalista, bem como um ecletismo que se desdobra para uma dificuldade de desdobramento em termos investigativos empíricos. Outro ponto relevante é sua interpretação de Gramsci, com fortes indícios de se distanciar uma apropriação mais acurada do autor italiano.

A despeito de tais limites, não se pretende descartar a contribuição de Cox. Ela certamente oferece uma certa inovação em relação às abordagens internacionalistas tradicionais. Contudo, seus limites ensejam algumas questões que podem servir de ponto de partida para investigações futuras. Teria Cox de fato superado suas origens intelectuais focada em abordagens tradicionais da Ciência Política no início de sua trajetória como professor na Universidade de York? Ou, Cox se coloca de modo mais genuíno (COX, 1997 e 2001) quando manifesta seu apreço por um realismo mais crítico ou por pontes entre as diferentes teorias proporcionado por sua teoria crítica? O campo de reflexão proporcionado por Cox continua amplo e aberto, até mesmo em função do caráter ensaístico e não aprofundado de muitas de suas formulações, conforme reiterado acima.

5 REFERÊNCIAS

BULL, H. A Sociedade Anárquica. Um estudo da ordem na política mundial. São Paulo: Imprensa Oficial, Brasília: Editora Universidade de Brasília, IPRI, 2002.

_____. International theory: the case for a classical approach. Knorr, K. & Rosenau, J. N. (ed.): *Contending Approaches to International Politics*, Princeton: Princeton University Press, 1969, p. 20-38.

CARR, E. H. Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais, Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

COX, R. W. (1981) *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*, *Millenium: Journal of International Studies*, vol. 10, No. 2, pp. 126-155.

_____. *Approaches to world order*, Cambridge: Cambridge University, 1999a.

_____. (1999b) *Civil society at the turn of the millennium: prospects for an alternative world order*, *Review of International Studies*, 25, pp. 3-28.

_____. (ed.): *The new realism – Perspectives on Multilateralism and World Order*, New York: United Nations University, 1997.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica, São Paulo: Globo, 2006.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Torino: Einaudi, 1975.

JAHN, B. (1998) *One Step Forward, Two Steps Back: Critical Theory as the*

LATEST Edition of Liberal Idealism, *Millenium – Journal of International Studies*, vol. 27, p. 613-641.

KAPLAN, M. O novo grande debate: tradicionalismo contra ciência em Relações Internacionais, BRAILLARD, P. *Teorias das Relações Internacionais*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990, p. 56-80.

KEOHANE, R. O. & Nye, J. S. *Power and interdependence*. New York: Longman, 2001.

MORGENTHAU, H. *A Política entre as Nações – a luta pelo poder e pela paz*. Brasília, São Paulo: UnB, Imprensa Oficial do Estado de SP, 2003.

MORTON, A. D. Unravelling Gramsci – Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy, Pluto, London, 2007.

MARIUTTI, E. B. (2013) Política internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo, Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, Texto para Discussão, n.o 218.

NAVARi, C. (1989) The great illusion revisited: the international theory of

NORMAN Angell. Review of International Studies, v. 15, n. 04, p. 341-358.

OLIVEIRA FILHO, J. J. (1995) Patologia e regras metodológicas, Estudos Avançados, 9 (23), pp. 263-268.

_____ (1976) Reconstruções Metodológicas de Processos de Investigação Social. Revista de História (USP), São Paulo, n.107, p. 263-276.

Waltz, K. Man, the state and war: a theoretical analysis, New York: Columbia University, 2001.

_____ Theory of International Politics, Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WIGHT, M. A política do poder, São Paulo: Imprensa Oficial, Brasília: Editora Universidade de Brasília, IPRI, 2002.

YOUNG, O. Aron and the Whale – A Jonah in Theory. Knorr, K. & Rosenay. J. N. (ed.): Contending Approaches to International Politics, Princeton, Princeton University, 1969, pp. 129-143.